

Relatório e Contas

OPTIMIZE INVESTIMENTO SGPS, SA
E M B A S E I N D I V I D U A L
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2015



Índice

1	Relatório de Gestão.....	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2015	4
1.2	Aspetos mais salientes da atividade em 2015.....	12
1.3	Contas 2015.....	15
1.4	Conclusões.....	17
2	Demonstrações Financeiras	18
2.1	Balanço.....	19
2.2	Demonstração de Resultado.....	20
2.3	Demonstração de Rendimento Integral	21
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	22
2.5	Demonstração de Alterações no Capital Próprio.....	23
3	Anexos.....	24
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão	25
3.2	Anexo ao Balanço e Outras Demonstrações Financeiras.....	27
4	Certificação Legal das Contas.....	38

| 1 Relatório de Gestão

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2015

Mercados financeiros em 2015

Economia mundial: o abrandamento prolonga-se

O crescimento económico mundial chegou a um ponto baixo de 3.0% em 2015, e esta situação dever-se-ia prolongar em 2016, entre uma retoma lenta dos países desenvolvidos e a travagem de grandes países emergentes como a China, o Brasil e a Rússia.

A estagnação do crescimento mundial deve-se à atonia persistente do comércio mundial, do investimento e dos salários nos países desenvolvidos. Os modelos de crescimento das economias emergentes foram enfraquecidos pelo abrandamento do comércio mundial e a baixa dos preços dos produtos base.

Apesar do impacto positivo na atividade económica dos baixos níveis dos preços do petróleo e das políticas monetárias desempenhadas pelos Bancos Centrais, antecipa-se um cenário de crescimento modesto, ainda para 2016 e 2017.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	+3.2 %	+3.4 %	+3.0 %	+3.0 %	+3.3 %
Zona Euro	-0.3 %	+0.9 %	+1.5 %	+1.4 %	+1.5 %
Alemanha	+0.4 %	+1.6 %	+1.4 %	+1.3 %	+1.7 %
França	+0.7 %	+0.2 %	+1.1 %	+1.2 %	+1.5 %
Itália	-1.8 %	-0.4 %	+0.6 %	+1.0 %	+1.4 %
Espanha	-1.7 %	+1.4 %	+3.2 %	+2.7 %	+2.5 %
Portugal	-1.1 %	+0.9 %	+1.7 %	+1.6 %	+1.5 %
Estados Unidos	+1.5 %	+2.4 %	+2.4 %	+2.0 %	+2.2 %
Canada	+2.0 %	+2.4 %	+1.2 %	+1.4 %	+2.2 %
Japão	+1.6 %	-0.1 %	+0.4 %	+0.8 %	+0.6 %
Reino-Unido	+2.1 %	+2.9 %	+2.2 %	+2.1 %	+2.0 %
China	+7.7 %	+7.3 %	+6.9 %	+6.5 %	+6.2 %
India	+6.9 %	+7.3 %	+7.4 %	+7.4 %	+7.3 %
Brasil	+2.8 %	+0.2 %	-3.8 %	-4.0 %	0.0 %
Rússia	+1.3 %	+0.6 %	-4.0 %	-0.4 %	+1.7 %

Fonte: OCDE

Ações: um ano de altos e baixos

Os mercados de ações tiveram em 2015 um comportamento em altos e baixos, com um início de ano eufórico, atingindo um ponto cimeiro em Abril, seguido de uma longa fase de descida, a partir de Maio, na sequência da queda brutal dos preços do petróleo, que levou a dúvidas quanto as perspetivas de crescimento económico mundial. A partir do mês de Agosto, o afundamento da bolsa chinesa propagou-se ao resto do mundo, amplificando a tendência de recuo registada.

Assim, o Eurostoxx 50 terminou o ano a ganhar apenas 3.8%, longe dos +21.7% constatados entre 1 de Janeiro e 13 de Abril de 2015. Esse desempenho anual modesto esconde, no entanto, fortes disparidades entre países como a Itália e Portugal, em fase de recuperação significativa (respetivamente +12,7% e +10.7%) e países em dificuldades, como a Espanha, penalizada por receios de ordem política (-7.1%).

Nos Estados-Unidos, as bolsas americanas acabaram o ano no equilíbrio, marcando o fim de uma dinâmica de 5 anos de crescimento sustentado, com a S&P a recuar pela primeira vez desde 2008, -0.7%, em 2015. O ano confirmou, de facto, a dependência do crescimento americano do consumo e do petróleo. 2015 foi também marcado pelo fim do Quantitative Easing e a primeira subida de taxa de juros em 78 meses, anunciada pela FED em 16 de Dezembro. Essa estagnação foi compensada do nosso lado de Atlântico, no entanto, em euros, pela forte valorização do dólar no período.

No Japão, ao contrário, as iniciativas de estímulo à economia desempenhadas pelo Banco do Japão permitiram atingir resultados positivos inegáveis nos mercados (+9.1% em 2015 pelo Nikkei 25).

A China confirmou em 2015 a sua estatura política internacional, através da sua economia e da sua moeda, nomeadamente simbolizada pela integração do Yuan no cesto de divisas internacionais do FMI. No entanto, o novo número 2 mundial assusta cada vez mais o resto do mundo, pelo seu elevado endividamento, o abrandamento do seu ritmo de crescimento e as repercussões diretas do mesmo nos mercados de matérias-primas. Após um ano muito volátil, e uma crise aguda em Agosto, o Hang Seng fechou o ano a diminuir -7.2%.

Os países emergentes registaram fugas de capitais preocupantes durante o ano, pelos efeitos conjugados da descida dos mercados de matérias-primas, dos quais o petróleo em primeira linha, e da forte valorização do dólar no período. Apesar dessa espiral negativa, a bolsa Russa destaca-se com uma recuperação global significativa, de 26.1% em rublos. Ao invés, o Brasil registou más performances, recuando -13.3% em moeda local.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EM 2015 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Japão	NIKKEI 25	+ 9.1 %	+ 20.4 %
Estados Unidos	S&P 500	- 0.7 %	+ 10.6 %
Alemanha	DAX	+ 9.6 %	+ 9.6 %
Espanha	IBEX 35	- 7.1 %	- 7.2 %
França	CAC 40	+ 8.5 %	+ 8.5 %
Zona Euro	EUROSTOXX 50	+ 3.8 %	+ 3.8 %
Portugal	PSI 20	+ 10.7 %	+ 10.7 %
Reino-Unido	FTSE	- 4.9 %	+ 0.1 %
Itália	MIB	+ 12.7 %	+ 12.7 %
Austrália	ASX 200	- 2.1 %	- 2.7 %
China	HANG SENG	- 7.2 %	+ 3.4 %
Rússia	MICEX	+ 26.1 %	+ 6.6 %
Brasil	BOVESPA	- 13.3 %	- 35.3 %

Dados Bloomberg 2015, moeda local / Euros

Obrigações: ano frágil no mercado das taxas

A ano de 2015 abriu com o anúncio, por parte do BCE, de um programa de Quantitative Easing de dimensão consequente: de março de 2015 a setembro de 2016, a instituição monetária comprometeu-se em comprar 60 mil milhões de euros de obrigações por mês. Essas compras dizem essencialmente respeito às obrigações soberanas, e têm como objetivo a dinamização do crédito bancário; a subida da inflação, hoje perto de 0%, para 2% e, de maneira indireta, a descida do euro.

O impacto foi notável nas taxas dos países cores da Europa, mas não permitiu conter as dos países periféricos, como Grécia e Portugal nomeadamente, tentados em quebrar o sempre necessário rigor orçamental, através de coligações políticas extremistas (reeleição de Syriza, coligação Portuguesa entre partidos socialista, comunista e de extrema esquerda).

As tentativas de luta contra a inflação do BCE foram no entanto rapidamente dificultadas pela brutal queda dos preços do petróleo e das matérias-primas, obrigando o Banco Central a reforçar o seu programa de Quantitative Easing, e a anunciar a sua prolongação até março de 2017.

Num contexto de taxas diretoras historicamente baixas (0.05% na Zona Euro desde 2014, 0.1% no Japão desde 2010 e 0.25% nos Estados- Unidos desde 2008), a FED iniciou uma subida para 0.5% em Dezembro de 2015, com poucos efeitos sobre os níveis gerais das taxas, devido às antecipações prévias dos mercados.

Neste contexto, em 2015, o rendimento da dívida soberana foi fraco, e a dívida privada ainda mais, sem falar do impacto negativo dos vários escândalos que aumentaram a desconfiança dos investidores (casos Volkswagen, Abengoa e Novo Banco, entre outros).

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS

	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015
Estados Unidos	2.3 %	2.2 %
Alemanha	0.6 %	0.4 %
França	1.0 %	0.8 %
Itália	1.6 %	1.9 %
Espanha	1.8 %	1.6 %
Portugal	2.5 %	2.7 %
Grécia	8.1 %	9.4 %

Dados Bloomberg 2015

Matérias-Primas: fim de ciclo?

No final de 2015, o mercado das matérias-primas parece ter entrado num fim de ciclo, com níveis extremamente baixos: cerca de 30\$ para o barril de petróleo (contra 148\$ em julho de 2008, 4.500\$ para a tonelada de cobre (contra 10.000\$ em 2011), 170\$ para a tonelada de milho (contra quase 370\$ em 2012)...

No último decénio, a China afirmou-se em “price-maker” das matérias-primas, a medida que subiu, anos após anos até ao segundo lugar da economia mundial, num ritmo acelerado. Hoje, a China constitui o primeiro comprador na maioria dos mercados de matérias-primas.

Agora que o crescimento Chinês está a abrandar, tendo descido para apenas 6.9% em 2015, as tensões na procura de matérias-primas estão a relaxar, empurrando os preços para baixo, um fenómeno ainda amplificado pela abundância da oferta, e a forte valorização do dólar.

Divisas: o dólar forte

A dessincronização das políticas monetárias internacionais, com a FED já numa lógica de subida progressiva da taxa diretora e o BCE ainda em plena execução do seu programa de Quantitative Easing, conduziu o dólar a valorizar-se novamente face ao euro, em 10%, após a subida de 12% já constatada em 2014.

Aliás, a tendência da desvalorização do euro, pelo efeito do QE Europeu, também se verificou face às outras moedas no decorrer de 2015: +5.4% para Libra Inglesa, e mais de +10% para o Franco Suíço e o Yen Japonês.

Conclusão

2015 tornou-se num ano difícil do ponto de vista dos mercados financeiros, exigindo uma minuciosa precisão nas alocações de ativos e necessitando rigor na seleção dos títulos.

Para 2016, existem margens de valorização dos mercados financeiros. No entanto, muitos desafios permanecem, nomeadamente:

- A fraqueza do crescimento mundial, já revisto para baixo pelo FMI e a OCDE
- O baixo nível do preço do petróleo, que fragilizou a indústria no sector da energia, nomeadamente nos Estados-Unidos;
- A inflação muito baixa, na zona Euro, com muitos fatores contrariando os planos e objetivos do Banco Central Europeu de uma taxa anual nos 2%;
- A falta de margem de performance pelas empresas cotadas americanas, entre a perspetiva de subida das taxas de juros, a força do dólar e o nível de valorização já extremamente alto (o S&P500 estando perto dos seus recordes históricos);
- As ameaças na solidez política da União Europeia, com os países periféricos nas mãos de coligações de extrema-esquerda anti rigor orçamental (Syrizia na Grecia, união PS-PC-BE em Portugal) , e o referendo de Brexit previsto para Junho na Grã-Bretanha;
- As tensões geopolíticas à volta do médio-orientes.

O mercado dos Planos Poupança Reforma em Portugal

Evolução do mercado dos Planos Poupança Reforma (PPR)

PRODUÇÃO DE PPR – RAMO VIDA – 2006-2015



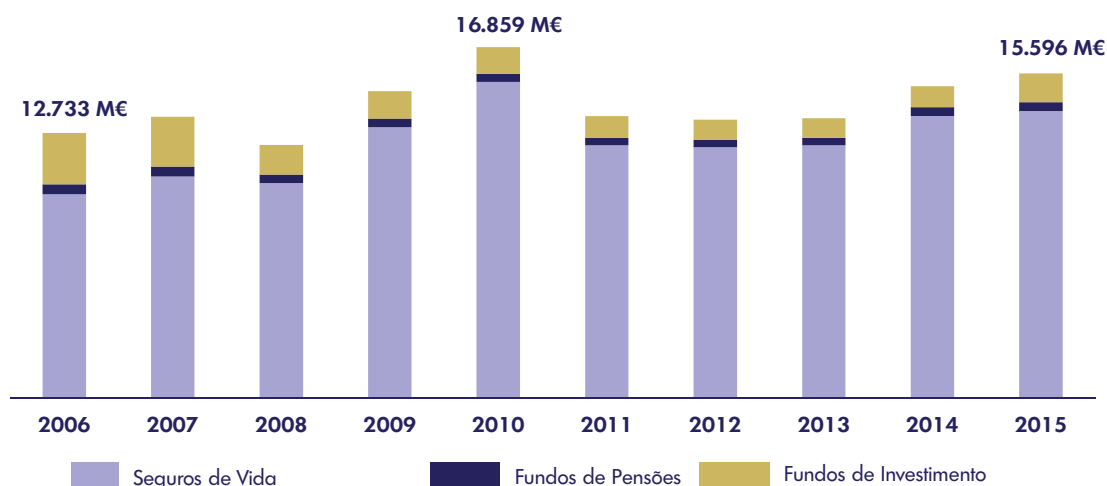
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PPR - Seguro de vida	1,698,220	2,465,855	3,144,816	3,252,481	1,302,975	1,121,831	1,548,481	2,453,925	1,896,841
PPR não ligado a fundos de investimento	1,264,290	1,899,343	2,726,103	3,028,312	1,204,194	1,064,305	1,500,982	2,404,641	1,827,118
PPR ligado a fundos de investimento	433,930	566,512	418,713	224,169	98,781	57,526	47,499	49,284	69,723

Valores em 31 de Dezembro, em milhares de euros - Fonte ASF

Em 2015, a produção de Planos Poupança Reforma, no ramo vida das Seguradoras, diminuiu de -23% face ao ano anterior, e representou 1.897 milhões de euros.

Apesar do recuo constatado face ao ano anterior, esses resultados confirmam uma certa melhoria face aos anos 2011-2013, em que a produção de PPR tinha atingido mínimos, penalizada pela desapareção do benefício fiscal às entregas anuais. No entanto, a produção continua longe do seu nível de 2010 (3 252 milhões de euros).

ACTIVOS SOB GESTÃO EM PPR – 2006-2015



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PPR - Seguro de vida	10,641,258	10,335,809	13,010,394	15,184,240	12,146,432	12,052,302	12,148,232	13,558,246	13,789,418
PPR - Fundos de pensões	487,755	403,481	419,247	407,625	348,128	353,430	365,270	421,000	424,960
PPR - SGFIM	2,385,612	1,424,214	1,315,368	1,266,917	1,043,125	964,340	937,310	1,006,119	1,381,607
Total	13,514,625	12,163,504	14,745,009	16,858,782	13,537,685	13,370,072	13,450,812	14,985,365	15,595,985

Valores em 31 de Dezembro, em milhares de euros - Fonte ASF, APFIPP

Pelos efeitos da produção e da valorização dos ativos financeiros, os ativos sob gestão cresceram de 4.1% em 2015. No total, em 2015, a soma dos ativos sob gestão em Fundos PPR e das provisões matemáticas em seguros PPR e fundos de pensões PPR atingiu 15.596 milhões de euros, dos quais 1.382 milhões em fundos de investimento.

Performances no mercado dos Planos Poupança Reforma

No ano de 2015, os fundos PPR no mercado nacional obtiveram rentabilidades significativamente positivas. Destacaram-se os fundos geridos pela Optimize Investment Partners, sempre nos primeiros lugares das suas categorias nos últimos 36 meses, em 31 de Dezembro:

Nome	31 de Dezembro de 2015		
	Rendibilidade Anualizada		
	12 Meses	36 Meses	60 Meses
Risco 2			
F.I.M. Santander Poupança Futura FPR	-0.25	2.52	2.43
F.P. PPR Praemium S	-0.73	-0.34	0.71
Risco 3			
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Moderado	3.28	5.89	5.75
F.P. PPR Europa	3.51	4.57	3.72
F.P. PPR Vintage +	0.53	4.39	3.90
F.P. PPR 5 Estrelas	0.80	3.99	4.12
F.I.M. Santander Poupança Investimento FPR	1.30	3.65	2.25
F.P. Vanguarda PPR	2.67	3.64	3.37
F.P. PPR BNU Vanguarda	3.16	3.58	2.88
F.I.M. IMGA Poupança PPR*	1.16	3.53	3.15
F.P. PPR Garantia de Futuro +	0.81	3.33	3.80
F.P. BPI Vida - PPR	0.16	2.62	2.32
F.I.M. BPI Reforma Invest. PPR	0.35	1.97	2.11
F.P. SGF Patr. Ref. Prudente PPR	-0.25	1.80	1.82
F.P. SGF Patr. Ref. Equilib. PPR	0.55	1.71	1.09
F.P. SGF Patr. Ref. Conservador PPR	0.89	1.68	2.71
F.P. PPR SGF Garantido +	1.66	1.66	3.78
F.P. BBVA Solidez PPR	-1.03	1.22	2.37
F.I.M. Barclays PPR Life Path Income*	-1.92	-0.24	2.05
Risco 4			
F.I.M. Alves Ribeiro PPR	9.94	12.60	11.86
F.I.M. NB PPR	8.40	8.13	9.61
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Acções	7.05	7.94	3.76
F.P. PPR Praemium V	4.78	5.09	3.95
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	4.27	5.07	3.84
F.P. PPR SGF Acções Dinâmico	7.51	4.70	3.02
F.P. PPR Platínum	1.00	4.68	3.86
F.P. PPR Geração Activa	0.99	4.65	3.95
F.I.M. IMGA Investimento PPR Acções*	0.40	4.57	3.52
F.P. CVI PPR	1.03	3.22	3.11
F.P. SGF Patr. Ref. Acções PPR	1.95	2.81	-0.59
F.I.M. BPI Reforma Acções PPR	0.94	2.80	0.47
F.I.M. Barclays PPR Acções Life Path 2025	-2.16	2.59	1.89
F.P. PPR BBVA	0.60	2.50	2.46
Risco 5			
F.P. Poupança Reforma PPR BBVA Acções	2.46	4.63	3.00

Fonte: APFIPP

Perspetivas para o mercado dos Planos Poupança Reforma

Num contexto de envelhecimento da população Portuguesa, de diminuição contínua das pensões e de aumento da pressão fiscal, os Planos Poupança Reforma cada vez mais se impõem como uma excelente solução de poupança e de preparação à reforma.

Cada ano, as contribuições em Planos Poupança Reforma abrem direito a deduções no IRS. Para além desta vantagem, os Planos Poupança Reforma permitem também obter uma taxa de tributação nas mais-valias reduzida, até apenas 8% em vez dos 28% em vigor nos caso dos fundos de investimento tradicionais e depósitos a prazo, por exemplo.

O mercado dos Fundos de Investimento Mobiliário em Portugal

No ano de 2015, o mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário registou um ligeiro aumento do valor dos ativos sob gestão (+3.2%). Essa pequena evolução não pode esconder a morosidade do mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário, que se instalou desde 2008.

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO – 2006-2015



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário										
OICVM	26,096	21,986	10,535	11,653	8,759	6,018	6,001	7,406	8,226	8,958
Fundos Alternativos	3,042	3,777	3,809	5,570	5,478	4,818	6,294	4,991	3,362	3,004
Total	29,138	25,763	14,344	17,223	14,237	10,835	12,295	12,398	11,588	11,962

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

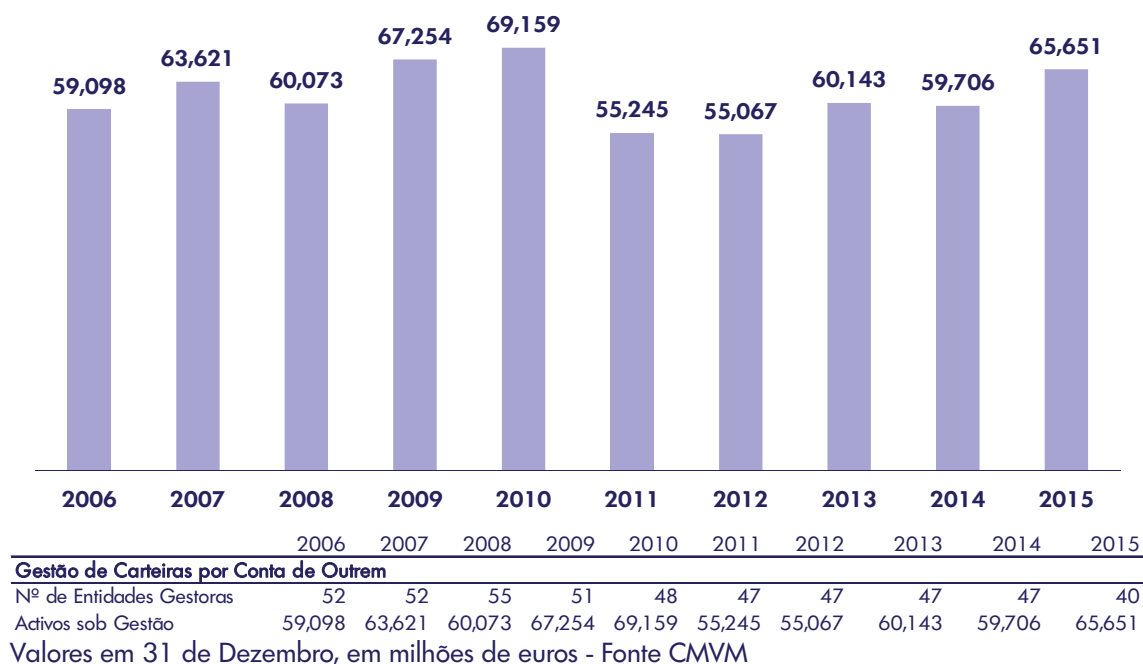
Perspetivas para o mercado dos Fundos de Investimento

As alterações no regime de tributação dos fundos de investimento nacionais que surgiram em 2015, permitiram estabelecer um sistema próximo das práticas internacionais, e praticar a tributação sobre as valias realizadas aquando da venda das unidades de participação. Essa evolução deveria instaurar um terreno mais competitivo para a indústria dos fundos portugueses, para captar clientes estrangeiros, como sobretudo no mercado interno, as performances dos fundos nacionais e internacionais passando a ser comparáveis.

O mercado da Gestão de Patrimónios em Portugal

Em 2015, os ativos sob gestão por conta de outrem (gestão individual) registaram um aumento significativo, de +10.0% face ao ano anterior. A indústria da Gestão de Patrimónios em Portugal está a aproximar-se dos valores de 2010, ano de recorde absoluto, apesar da constante diminuição do número de atores no mercado nacional.

GESTÃO POR CONTA DE OUTREM – 2006-2015

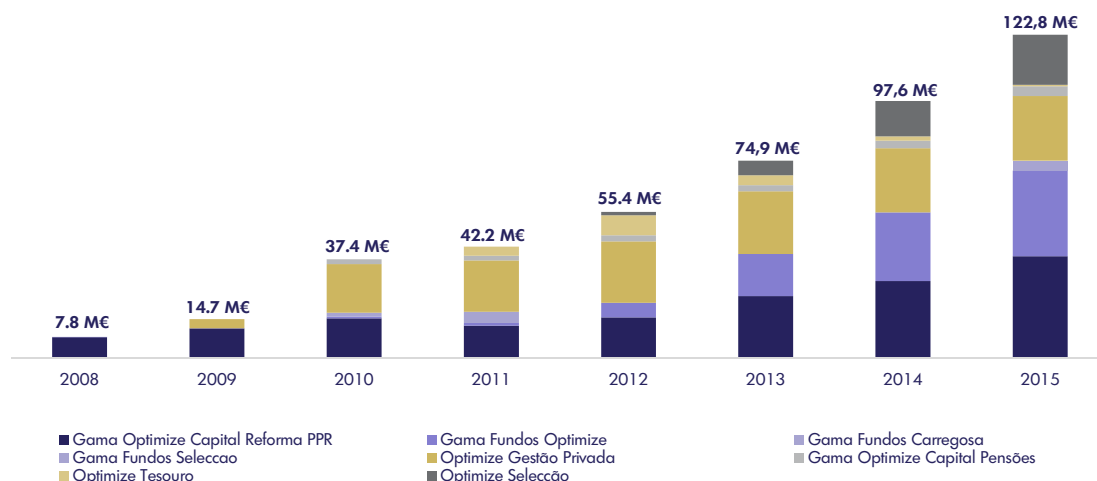


1.2 Aspetos mais salientes da atividade em 2015

Evolução dos ativos geridos

Em 2015, os ativos geridos pela Optimize Investment Partners registaram uma evolução de +26%, subindo de 97.6M€ em 31 de Dezembro de 2014 para 122.8M€ em 31 de Dezembro de 2015.

ACTIVOS SOB GESTÃO – 2008-2015



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário								
Gama Optimize Capital Reforma PPR	7,817,902	11,110,961	14,942,154	12,146,432	15,347,795	23,403,678	29,170,920	38,553,977
Gama Fundos Optimize	12,639	82,907	635,080	1,022,526	5,538,763	16,032,363	26,132,371	32,552,923
Gama Fundos Carregosa	0	0	1,487,000	4,274,739	0	0	0	0
Gama Fundos Seleccion	0	0	0	0	0	0	0	3,815,574
Total	7,830,541	11,193,868	17,064,234	17,443,697	20,886,557	39,436,041	55,303,290	74,922,474
Gestão de Patrimónios								
Optimize Gestão Privada	0	3,491,365	18,536,864	19,534,749	23,391,970	23,810,670	24,373,759	24,561,803
Gama Optimize Capital Pensões	0	0	1,818,788	1,784,290	2,200,582	2,379,558	2,862,947	3,737,161
Optimize Tesouro	0	0	0	3,418,295	7,689,299	3,758,053	1,655,147	491,464
Optimize Seleccion	0	0	0	0	1,257,813	5,471,550	13,448,521	19,077,532
Total	0	3,491,365	20,355,652	24,737,334	34,539,664	35,419,830	42,340,374	47,867,961
Total	7,830,541	14,685,233	37,419,886	42,181,031	55,426,221	74,855,871	97,643,665	122,790,434

Valores em 31 de Dezembro, em euros – Fonte Optimize Investment Partners

Relativamente ao Plano de Atividade 2015-2019 apresentado em Assembleia Geral no ano passado, o objetivo de ativos sob gestão não foi atingido em 31 de Dezembro de 2015 (-4.5%), embora o primeiro semestre do ano tenha sido muito prometedo.

ACTIVOS SOB GESTÃO 2015 – PREVISIONAL E REAL

	REAL	PREVISIONAL - CONSERVADOR		PREVISIONAL - AGRESSIVO	
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário					
Gama Optimize Capital Reforma PPR	38,553,977	38,251,983	0.8%	42,251,983	-8.8%
Gama Fundos Optimize	32,552,923	37,783,478	-13.8%	44,283,478	-26.5%
Gama Fundos Seleccao	3,815,574	2,500,000	52.6%	2,500,000	52.6%
Total	74,922,474	78,535,461	-4.6%	89,035,461	-15.9%
Gestão de Patrimónios					
Optimize Gestão Privada	24,561,803	27,821,041	-11.7%	27,101,041	-9.4%
Gama Optimize Capital Pensões	3,737,161	3,444,534	8.5%	3,444,534	8.5%
Optimize Tesouro	491,464	827,573	-40.6%	827,573	-40.6%
Optimize Seleccão	19,077,532	17,986,462	6.1%	8,206,462	132.5%
Total	47,867,961	50,079,611	-4.4%	39,579,611	20.9%
Total	122,790,434	128,615,072	-4.5%	128,615,072	-4.5%

Valores em 31 de Dezembro, em euros

Performance dos fundos

TABELA DE PERFORMANCE DOS FUNDOS GERIDOS PELA OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS EM 2015

Fundo	2015	Desde Início Por ano	Início
Optimize Capital Reforma PPR Acções	+ 7.1 %	+ 5.5 %	25-09-2008
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	+ 4.3 %	+ 5.0 %	25-09-2008
Optimize Capital reforma PPR Moderado	+ 3.3 %	+ 4.9 %	19-08-2010
Optimize Investimento Activo	+ 7.2 %	+ 5.9 %	24-11-2008
Optimize Europa Valor	+ 9.9 %	+ 5.3 %	31-12-2010
Optimize Europa Obrigações	+ 3.0 %	+ 7.0 %	01-07-2013
Optimize Seleccão Agressiva	- 2.7 %	-	02-11-2015
Optimize Seleccão Base	- 3.7 %	-	02-11-2015
Optimize Seleccão Defensiva	- 2.0 %	-	02-11-2015

Em 2015, todos os fundos históricos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades positivas. Todos registaram ainda muito boas performances desde a sua criação. A nova gama Optimize Seleccão regista no entanto desempenho negativo, devido ao timing desfavorável do seu arranque, em 2 de Novembro de 2015.

Os fundos Optimize Capital Reforma PPR Moderado e Europa Valor foram distinguidos por 5 estrelas na Morningstar em 2015.

Os fundos Optimize Capital Reforma PPR Moderado e Optimize Capital Reforma PPR Acções foram eleitos Escolha Acertada pela Deco / Proteste Investe.

Salienta-se ainda que os fundos PPR geridos pela Optimize Investment Partners ocupam dos primeiros lugares pelas performances nas suas respectivas categorias, no mercado (ver página 10 do presente relatório).

Evolução da Produção

No ano de 2015 o net inflow atingiu 18.249.545€, representando uma melhoria (+22.7%) face ao ano anterior.

A produção líquida foi liderada pelas gamas Optimize Seleção (+9.374.952€) e a gama Optimize Capital Reforma PPR (+6.433.654€).

PRODUÇÃO LÍQUIDA E ILÍQUIDA 2008-2015

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Investment Funds								
Optimize Capital Reforma PPR	7,801,114	2,111,440	3,290,049	-1,242,591	1,640,733	6,658,497	4,367,688	6,433,654
	<i>7,831,114</i>	<i>2,192,382</i>	<i>4,580,586</i>	<i>2,374,791</i>	<i>3,404,808</i>	<i>8,174,679</i>	<i>7,186,039</i>	<i>9,989,988</i>
Optimize Funds	13,150	68,382	523,752	624,990	883,951	3,869,099	6,894,795	2,362,742
	<i>13,150</i>	<i>68,382</i>	<i>553,524</i>	<i>1,010,847</i>	<i>1,211,854</i>	<i>4,263,445</i>	<i>8,402,514</i>	<i>4,200,548</i>
Optimize Seleção Funds								909,555
								<i>906,096</i>
Carregosa Funds			1,487,000	3,476,811	-3,376,874	0	0	0
			<i>1,487,000</i>	<i>4,518,167</i>	<i>180,000</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
Total	7,814,264	2,179,822	5,300,801	2,859,210	-852,190	10,527,596	11,262,482	9,705,951
	<i>7,844,264</i>	<i>2,260,764</i>	<i>6,621,110</i>	<i>7,903,805</i>	<i>4,796,662</i>	<i>12,438,124</i>	<i>15,588,554</i>	<i>15,096,632</i>
Private Management								
Optimize Gestão Privada		3,246,835	15,882,607	2,026,353	267,477	299,656	-1,350,365	-368,926
		<i>3,286,755</i>	<i>26,516,528</i>	<i>9,463,522</i>	<i>16,669,336</i>	<i>4,954,677</i>	<i>4,009,359</i>	<i>1,200,485</i>
Optimize Tesouro				3,272,650	3,339,278	-3,945,561	-2,296,697	-256,124
				<i>3,293,920</i>	<i>5,664,572</i>	<i>1,683,517</i>	<i>359,131</i>	<i>473</i>
Optimize Seleccõ					1,240,276	3,903,801	6,981,936	8,465,398
					<i>1,240,584</i>	<i>4,068,433</i>	<i>7,333,986</i>	<i>9,437,475</i>
Total		3,246,835	15,882,607	5,299,003	4,847,031	257,896	3,334,874	7,840,348
		<i>3,286,755</i>	<i>26,516,528</i>	<i>12,757,442</i>	<i>23,574,492</i>	<i>10,706,627</i>	<i>11,702,476</i>	<i>10,638,433</i>
Pension Funds								
Optimize Capital Pensões			1,822,584	54,811	38,709	1,336	278,780	703,247
			<i>1,822,584</i>	<i>148,394</i>	<i>113,157</i>	<i>96,186</i>	<i>610,708</i>	<i>817,963</i>
Total	7,814,264	5,426,657	23,005,992	8,213,024	4,033,550	10,786,828	14,876,136	18,249,545
	<i>7,844,264</i>	<i>5,547,519</i>	<i>34,960,222</i>	<i>20,809,641</i>	<i>28,484,311</i>	<i>23,240,937</i>	<i>27,901,737</i>	<i>26,553,028</i>

Valores em 31 de Dezembro, em euros. Valores líquidos. Valores ilíquidos em itálicos.

Perspetivas para 2016

Em 2016, a Optimize Investment Partners entende dinamizar a sua produção através da renovação do seu site internet e da implementação de campanhas online e nas redes sociais. Espera-se também, sob condição de aceitação pela CMVM do dossier apresentado em Julho de 2015, iniciar a atividade de depósito de unidades de participação da própria sociedade Optimize Investment Partners, de forma a limitar a comercialização das mesmas junto dos particulares através de contratos de gestão privada.

1.3 Contas 2015

Resultados do exercício

A Optimize Investimento SGPS, SA realizou em 2015 um Produto Bancário de 261.076,00€, e um resultado líquido de **258.173,85€**, que se deve no essencial ao pagamento de dividendos e adiantamento de lucros por parte da participada Optimize Investment Partners.

Síntese da Demonstração de resultado a 31 de Dezembro de 2015

	2015	2014
Juros e encargos similares	0,00 €	0,00 €
Margem Financeira	0,00 €	0,00 €
Rendimentos de instrumentos de capitais	261.076,00 €	0,00 €
Encargos com serviços e comissões	-107,50 €	-67,50 €
Outros resultados de exploração	-1.001,60 €	3.038,16 €
Produto bancário	2.970,66 €	2.970,66 €
Gastos gerais administrativos	-1.793,05 €	-3.379,40 €
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos	258.173,85 €	-408,74 €
Impostos	0,00 €	-38,16 €
Resultado após impostos	258.173,85 €	-446,90 €

Tesouraria em 31 de Dezembro de 2015

A empresa dispunha no final de 2015 de uma tesouraria de **102.150,24 €**.

	2015	2014
Depósitos à ordem	102.150,24 €	991,12 €
BPI	102.150,24 €	991,12 €

Perspetivas futuras

Não se perspetivam para 2016 alterações significativa na atividade da sociedade, que irá manter um nível de despesa residual, e deverá manter inalteradas as suas participações financeiras.

Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, 258.173,85€, seja aplicado da seguinte forma:

- 25.817,39€ (ou seja 10%) para Reserva Legal
- 232.356,46€ (ou seja 90%) para Dividendos

Salienta-se que, conforme decidido pelo Conselho de Administração de 30 de Outubro de 2015, e conforme disposto pelo artigo 297º do Código das Sociedades Comerciais, foi realizado, em 31 de Outubro de 2015, um adiantamento sobre lucros de 100.000€, tendo por base o balanço intercalar a 30 de Setembro de 2015 que tinha sido especialmente elaborado para o efeito.

1.4 Conclusões

Após o termo do exercício de 31 de Dezembro de 2015, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2015 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

Lisboa, 16 de Março de 2016

Pela Administração

| 2 Demonstrações Financeiras

2.1 Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014, EM EUROS

Ativo	Notas	2015		2014	EUR
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		0.00		0.00	0.00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	102,150.24		102,150.24	991.12
Ativos financeiros detidos para negociação		0.00		0.00	0.00
Outros ativos financeiros ao justo valor através de result.		0.00		0.00	0.00
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	58,713.42		58,713.42	0.00
Aplicações em instituições de crédito		0.00		0.00	0.00
Crédito a clientes		0.00		0.00	0.00
Investimentos detidos até à maturidade		0.00		0.00	0.00
Ativos com acordo de recompra		0.00		0.00	0.00
Derivados de cobertura		0.00		0.00	0.00
Ativos não correntes detidos para venda		0.00		0.00	0.00
Propriedades de investimento		0.00		0.00	0.00
Outros ativos tangíveis		0.00		0.00	0.00
Ativos intangíveis		0.00		0.00	0.00
Investimentos em associadas e filiais	3	923,393.79		923,393.79	923,393.79
Ativos por impostos correntes	4	33.00		33.00	69.00
Ativos por impostos diferidos		0.00		0.00	0.00
Outros ativos	5	4,437.41		4,437.41	4,439.95
Total de Ativo		1,088,727.86		1,088,727.86	928,893.86

Passivo	Notas	2015		2014	EUR
Recursos de bancos centrais			0.00		0.00
Passivos financeiros detidos para negociação			0.00		0.00
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			0.00		0.00
Recursos de outras instituições de crédito			0.00		0.00
Recursos de clientes e outros empréstimos			0.00		0.00
Responsabilidades representadas por títulos			0.00		0.00
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			0.00		0.00
Derivados de cobertura			0.00		0.00
Passivos não correntes detidos para venda			0.00		0.00
Provisões			0.00		0.00
Passivos por impostos correntes			0.00		0.00
Passivos por impostos diferidos			0.00		0.00
Instrumentos representativos de capital			0.00		0.00
Outros passivos subordinados			0.00		0.00
Outros passivos	6		3,919.60		972.85
Total de Passivo			3,919.60		972.85
Capital					
Capital	7		898,760.00		898,760.00
Prémios de emissão	8		29,267.31		29,267.31
Outros instrumentos de capital			0.00		0.00
Acções próprias			0.00		0.00
Reservas de reavaliação	2		-1,286.58		0.00
Outras reservas e resultados transitados			-106.30		340.60
Resultado do exercício			258,173.85		-446.90
Dividendos antecipados			-100,000.02		0.00
Total de Capital			1,084,808.26		927,921.01
Total de Passivo e Capital			1,088,727.86		928,893.86

2.2 Demonstração de Resultado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014, EM EUROS

		EUR	
	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares		0.00	0.00
Juros e encargos similares		0.00	0.00
Margem financeira		0.00	0.00
Rendimentos de instrumentos de capital	11	261,076.00	0.00
Rendimentos de serviços e comissões		0.00	0.00
Encargos com serviços e comissões		107.50	67.50
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor		0.00	0.00
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		0.00	0.00
Resultados de reavaliação cambial		0.00	0.00
Resultados de alienação de outros ativos		0.00	0.00
Outros resultados de exploração	9	-1,001.60	3,038.16
Produto bancário		259,966.90	2,970.66
Custos com pessoal		0.00	0.00
Gastos gerais administrativos	10	1,793.05	3,379.40
Amortizações do exercício		0.00	0.00
Provisões líquidas de reposições e anulações		0.00	0.00
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e a receber de outros devedores		0.00	0.00
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		258,173.85	-408.74
Impostos			
Correntes		0.00	38.16
Diferidos		0.00	0.00
Resultado após impostos		258,173.85	-446.90
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0.00	0.00

2.3 Demonstração de Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014, EM EUROS

EUR

Rúbricas	12/31/2015	12/31/2014
Resultado do período	258,173.85	-446.90
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	0.00	0.00
Imposto Diferido	0.00	0.00
Ganhos/Perdas líquidas em diferenças cambiais	0.00	0.00
Total do rendimento integral do período líquido de imposto	258,173.85	-446.90

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 2015 E 2014, EM EUROS

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros recebidos	0.00	0.00
Comissões recebidas	0.00	0.00
Pagamento de juros	0.00	0.00
Pagamento de comissões	-124.63	-83.03
Pagamentos a empregados	0.00	0.00
Pagamentos a fornecedores	-2,205.64	-3,748.80
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	-5,700.60	-2,119.32
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	0.00	4,920.00
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	-245.44	-160.00
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	69.00	0.00
	-8,207.31	-1,191.15
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos respeitando a:		
Venda de ativos financeiros	0.00	0.00
Venda de ativos tangíveis e intangíveis	0.00	0.00
Juros e proveitos similares	0.00	0.00
Dividendos	261,076.00	0.00
Pagamentos respeitando a:		
Aquisição de ativos financeiros	-60,000.00	0.00
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	0.00	0.00
Juros e proveitos similares	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00
	201,076.00	0.00
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos	0.00	0.00
Aumentos de capital, prestações e prémios de emissão	0.00	0.00
Subsídios de doações	0.00	0.00
Vendas de acções próprias	0.00	0.00
Cobertura de prejuízos	0.00	0.00
Pagamentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos	0.00	0.00
Amortizações de contratos de locação financeira	0.00	0.00
Juros e custos similares	0.00	0.00
Dividendos	-91,709.57	0.00
Reduções de capital e prestações suplementares	0.00	0.00
Aquisições de acções próprias	0.00	0.00
	-91,709.57	0.00
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	101,159.12	-1,191.15
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	991.12	2,182.27
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	102,150.24	991.12

2.5 Demonstração de Alterações no Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2015 E 2014, EM EUROS

	Capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Ações próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Distribuição de dividendos	Capitais próprios
Saldos em 31/12/2013	898,760.00	29,267.31	0.00	0.00	0.00	0.00	340.60		928,367.91
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2013			34.06			306.54	-340.60		0.00
Correcção ao resultado de 2012									
Aumento de capital social									
Aquisição de ações próprias									
Reavaliação de ativos disponíveis para venda									
Reserva Legal 2013									
Resultado líquido de 2014							-446.90		-446.90
Outros itens									
Saldos em 31/12/2014	898,760.00	29,267.31	34.06	0.00	0.00	306.54	-446.90		927,921.01
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2014						-446.90	446.90		0.00
Aumento de capital social									
Aquisição de ações próprias									
Efeito de valorização de títulos detidos 2015				-1,286.58					-1,286.58
Reserva Legal 2014									0.00
Resultado líquido de 2015							258,173.85		258,173.85
Distribuição de dividendos								-100,000.02	-100,000.02
Outros itens									
Saldos em 31/12/2015	898,760.00	29,267.31	34.06	-1,286.58	0.00	-140.36	258,173.85		1,084,808.26

| 3 Anexos

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

Relação dos membros dos Órgãos Sociais

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Ahrens Esteves
Secretário	Maria Teresa Torres

Conselho de Administração

Presidente	José António Santos Teixeira
Administradores	Diogo Pereira Santos Teixeira Claire Teixeira Ricardo Manuel Cabral Eugénio Palomino Rabanal

Fiscal Único

Fiscal Único	CFA – Cravo, Forte, Antão e Associados, SROC, LDA, representada por Avelino Azevedo Antão
Suplente do Fiscal Único	Armando Jorge de Almeida Tavares, ROC

Informação sobre a participação no capital social dos membros dos Órgãos de Administração e fiscalização

Membro do Conselho de Administração	Ações detidas em 31/12/2014	Movimento em 2015	Ações detidas em 31/12/2015
José Santos Teixeira	0	0	0
Diogo Santos Teixeira	0	0	0
Claire Moulard Teixeira	0	0	0
Ricardo Manuel Cabral	8.893	0	8.893
Eugénio Palomino Rabanal	1.482	0	1.482

Informação sobre as participações de acionistas no capital da sociedade

Em 31 de Dezembro de 2015, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

Acionista	Ações	% do Capital
JCD Invest SGPS, Lda	64.955	72,3%
Ricardo Cabral	8.893	9,9%
Financière de l'Intendance EURL	5.929	6,6%
SCP CDCMT	1.887	2,1%
António Esteves	1.482	1,6%
Tiago de Matos	1.482	1,6%
Eugénio Palomino	1.482	1,6%
Marc Renaud	1.076	1,2%
Acofi Participations SARL	1.076	1,2%
SPAC - Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	538	0,6%
Teresa Torres	538	0,6%
Vista Aerea - Empreendimento Imobiliarios, S.A.	538	0,6%
	89.876	100%

3.2 Anexo ao Balanço e Outras Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

Nota introdutória

A Optimize Investimento, SGPS, SA foi constituída em 19 de Março de 2007, tendo como principal atividade a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A Sociedade é a empresa mãe do Grupo Optimize, o qual em 31 de Dezembro de 2015 é constituído por:

- Optimize Investment Partners SGFIM SA, detida a 100% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 450.771,71€
- Optimize Mediação de Seguros Lda, detida a 100% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 10.000,00€

A Sociedade está registada, enquanto Instituição Financeira, sob o nº de registo 1003 no Banco de Portugal.

Bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso 13/2005 e das Instruções nº 23/2004, nº 9/2005 e nº 33/2005, alteradas pela Instrução 28/2009 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro.

Alterações de políticas contabilísticas

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2015 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2015

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição custo de aquisição ajustado após reduções de capital.

b) Especialização de exercícios

A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

c) Impostos sobre lucros

A sociedade está sujeita ao regime geral de tributação previsto no Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não aceites fiscalmente bem como devido a tributações autónomas existentes no quadro legal.

d) Impostos Diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

O valor total de prejuízos fiscais da Optimize Investimento SGPS não deu lugar ao reconhecimento do respetivo imposto diferido ativo porque não ser expectável auferir nos próximos exercícios de lucros suficientes para o aproveitamento desses impostos diferidos.

f) Acontecimentos supervenientes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam á data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram a pós a data do mesmo, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Nota 1 - Disponibilidades em instituições de crédito

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos à Ordem	102,150.24	991.12
BPI	102,150.24	991.12

Nota 2 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo a 31.12.2014	Ativos adquiridos	Ativos alienados	Registo em reservas decorrentes da valorização	Resultados de vendas	Justo valor a 31.12.2015
Optimize Selecção Defensiva Categoria A	0.00	5,000.00	0.00	-101.60	0.00	4,898.40
Optimize Selecção Defensiva Categoria B	0.00	5,000.00	0.00	-99.80	0.00	4,900.20
Optimize Selecção Base Categoria A	0.00	5,000.00	0.00	-184.65	0.00	4,815.35
Optimize Selecção Base Categoria B	0.00	5,000.00	0.00	-183.00	0.00	4,817.00
Optimize Selecção Agressiva Categoria A	0.00	35,000.00	0.00	-585.78	0.00	34,414.22
Optimize Selecção Agressiva Categoria B	0.00	5,000.00	0.00	-131.75	0.00	4,868.25
	0.00	60,000.00	0.00	-1,286.58	0.00	58,713.42

Nota 3 - Investimentos em associadas e filiais

Os investimentos em associadas e filiais da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

	2015	2014
Investimentos em associadas e filiais	923,393.79	923,393.79
Optimize Investment Partners, SGFIM, SA	913,393.79	913,393.79
Optimize Mediação de Seguros, Unipessoal,Lda	10,000.00	10,000.00

Nota 4 - Ativos por impostos correntes

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos por impostos correntes	33.00	69.00
IRC a recuperar	33.00	69.00

Nota 5 - Outros ativos

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Outros ativos	4,437.41	4,439.95
Setor público administrativo	3,931.00	4,000.00
IRC - PEC	3,931.00	4,000.00
Despesas com encargo diferido	89.99	136.35
Outras despesas com encargo diferido	89.99	136.35
Devedores diversos	0.00	0.00
Optimize Investment Partners	0.00	0.00
Optimize Mediação de Seguros	0.00	0.00
Outras contas de regularização	416.42	303.60
IVA a receber	416.42	303.60

Nota 6 – Outros passivos

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Outros passivos	3,919.60	972.85
Credores - Setor público administrativo	1,425.93	0.00
Retenção de impostos na fonte	1,425.93	0.00
Credores por fornecimento de bens	0.00	676.50
Outros Credores	2,373.67	148.75
Empresas do grupo	0.00	0.00
Juros, dividendos e outras remunerações de capital	2,373.67	0.00
Outros credores	0.00	148.75
Encargos a pagar	120.00	147.60
Outros encargos a pagar	120.00	147.60
Outras contas de regularização	0.00	0.00
IVA a pagar	0.00	0.00

Nota 7 - Capital

O capital social é constituído por 89.876 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada, perfazendo assim um capital de 898.760 euros totalmente realizado em dinheiro.

Nota 8 - Prémio de emissão

A reserva prémios de emissão resultou do aumento de capital realizado no ano de 2007 o qual foi efetuado com um prémio de emissão de 1.025.592 €, e da transferência, em 2013, do Resultado do exercício 2012, -626.038,67€, juntamente com os resultados transitados -370.286,02, para a conta de Prémios de Emissão.

Nota 9 – Outros Resultados de Exploração

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Outros resultados de exploração	-1,001.60	3,038.16
Outros encargos e gastos operacionais	-1,000.00	-961.84
Imposto selo e outros impostos	-1.60	0.00
Outros rendimentos e receitas operacionais	0.00	4,000.00
Outros - prestação de serviços intra-grupo	0.00	4,000.00

Nota 10 - Gastos Gerais Administrativos

	2015	2014
Gastos Gerais Administrativos	1,793.05	3,379.40
Gastos gerais com Serviços	1,793.05	3,379.40
Com fornecimentos	0.00	0.00
Material de expediente diverso	0.00	0.00
Comunicações	623.05	472.40
Serviços especializados	1,170.00	2,907.00
Outras Avenças	500.00	2,650.00
Judiciais, contencioso, notariado e outros honorários	670.00	257.00
Outros serviços	0.00	0.00

Os honorários faturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas foram de €670,00€ e constam da rubrica Serviços Especializados.

Nota 11 - Rendimentos de instrumentos de capital

O valor de 261.076,00€ corresponde ao pagamento de dividendos por parte da Sociedade Participada Optimize Investment Partners SGFIM, ao título do exercício de 2014 no valor de 181.076,00€ e ao título de adiantamento sobre o lucro de 2015 no valor de 80.000,00€.

Volume de emprego

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 0.

Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e amortizações e ajustamentos

Não ocorreram movimentos nesta rubrica durante o exercício.

Participações de capital

Empresas do Grupo	Capital Social	Valor de Aquisição	Fracção %	Resultado em 2015	Cap. Próprios em 31.12.2015
OPTIMIZE - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda Av. F. Pereira de Melo, nº21 4º, Lisboa	10,000.00 €	10,000.00 €	100%	2,232.89 €	23,756.53 €
Optimize Investment Partners, SGFIM, SA Av. F. Pereira de Melo, nº21 4º, Lisboa	450,771.71 €	1,000,000.00 €	100%	289,907.66 €	799,683.94 €

Forma como se realizou o Capital Social

O capital social de 898.760 Euros foi integralmente realizado em dinheiro.

Número de ações de cada categoria em que se divide o capital da empresa e o seu valor nominal

O capital social da empresa no valor de 898.760 Euros está representado por 89.876 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada.

Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas coletivas que nele detenham pelo menos 20%

A sociedade JCD Invest, SGPS, Lda, contribuinte 508 002 052, com sede em Lisboa, na Avenida Fontes Pereira de Melo, 21, 4º, detém 64.955 ações do capital da Optimize Investimento SGPS, SA a que corresponde uma participação de 72,3%.

Riscos da sociedade

Dado a sociedade não ter atividade operacional própria, o principal risco considerado como material reside no risco de desvalorização das participações financeiras da sociedade em outras empresas.

Saldos e transações entre entidades do grupo

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investment Partners
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2014	0.00	0.00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2015	0.00	0.00

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015

O conjunto das novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, são as seguintes:

Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho de 2014)

Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro de 2014)

Os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Exceções do âmbito para acordos conjuntos** - As emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
- **IFRS 13 Mensuração pelo justo valor – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de “portfólio”)** - No contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.
- **IAS 40 Propriedades de investimento – Inter-relação IAS 40 e IFRS 13** - As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: (i) uma aquisição de um ativo (um grupo de ativos) que

deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou (ii) uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016

Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014)

Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:

- **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição** - As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
- **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente** - As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
- **IFRS 8 Segmentos Operacionais** - As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
- **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização** - As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência** - As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão
- **IAS 38 Ativos intangíveis – Modelo de valorização** - As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014)

As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015)

As emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015)

As emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015)

A emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015)

Os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:

- **IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas** – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.
- **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento *Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros* (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.
- **IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro** - As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.
- **IAS 19 Benefícios dos Empregados** – As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.
- **IAS 34 Relato Financeiro Intercalar** – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.

Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015)

As alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.

Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015)

As alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

O Contabilista Certificado

A Administração

4 Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da sociedade OPTIMIZE INVESTIMENTO – SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em trinta e um de dezembro de dois mil e quinze, (que evidencia um total de 1.088.727,86 euros e um total de capital próprio de 1.084.808,26 euros, incluindo um resultado líquido de 258.173,85 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

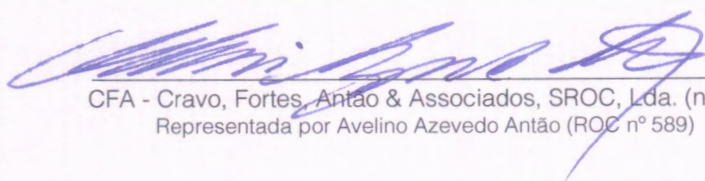
OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da sociedade OPTIMIZE INVESTIMENTO – SGPS, S.A. em trinta e um de dezembro de dois mil e quinze, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Aveiro, 16 de março de 2016



CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC, Lda. (n.º 87)
Representada por Avelino Azevedo Antão (ROC nº 589)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos

Exmos. Senhores Acionistas e

Exmo. Conselho de Administração da

OPTIMIZE INVESTIMENTO – SGPS, S.A.

Nos termos da Lei e do mandato que V. Exas. nos conferiram, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o relatório da nossa ação fiscalizadora exercida durante o exercício de dois mil e quinze e o parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, relativos àquele exercício, que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da Empresa.

No âmbito das nossas funções:

- a) Acompanhámos o desenvolvimento da atividade social da Empresa através, nomeadamente, de contatos regulares com membros do Conselho de Administração, da leitura das atas das suas reuniões, bem como mediante sessões de trabalho com os responsáveis das principais áreas funcionais;
- b) Analisámos também a informação documental, contabilística e de gestão, disponibilizada pelos serviços e verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- c) Verificámos a existência e relevação contabilística dos ativos e passivos pertencentes ou assumidos pela Empresa, em particular quanto à adequação das políticas contabilísticas e bases de mensuração adotados, que se encontram suficientemente expressos no Anexo às contas;
- d) Desenvolvemos os procedimentos de revisão de contas que considerámos adequados nas circunstâncias e, em consequência,
- e) Elaborámos, na qualidade de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a Certificação Legal das Contas, e que para todos os efeitos faz parte integrante deste mesmo Relatório.



Como corolário da atividade que desenvolvemos e, em especial, da apreciação dos documentos de prestação de contas, constatámos que:

- a) O Relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos exigidos pela Lei;
- b) Não tomámos conhecimento de quaisquer violações da Lei ou do contrato de sociedade.

Ponderado tudo o que antecede e a observância legal e estatutária somos de

PARECER

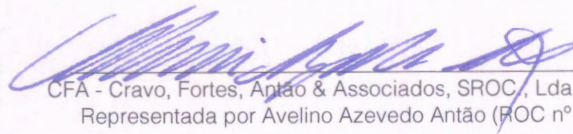
Que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de dois mil e quinze apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados constante do mesmo Relatório;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Finalmente, o Fiscal Único não quer deixar de assinalar que no exercício das suas funções contou com a melhor colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços, que sempre lhe deram o apoio conveniente ao exercício das suas funções.

Aveiro, 16 de março de 2016

O Fiscal Único



CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC, Lda. (n.º 87)
Representada por Avelino Azevedo Antão (ROC n.º 5139)